
OS VALORES DA CIDADANIA

Isabel Renaud

OS VALORES DA CIDADANIA

Há poucos meses tivemos a oportunidade de, com a Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, visitar Marrocos e descobrir uma parte do seu passado histórico. Como se sabe, Marrocos, país geograficamente vizinho, mas culturalmente muito distante de nós, não esconde o seu orgulho, quer do seu passado quer do seu presente. Se perguntarmos a um Marroquino o que é que ele pensa do seu país, podemos ter a certeza que nos vai cantar a beleza da vida em Marrocos. A compra de um jornal francês confirmou-nos imediatamente esta situação: ao glorioso passado dos não menos gloriosos sultões corresponde a ambição de um presente que não recua perante as despesas de prestígio, tais como o mausoléu de Muhmamed V ou a gigantesca mesquita de Hassan II, ainda em via de construção. E uma pergunta surge no nosso espírito: será preciso pertencer a um país relativamente pobre ou ainda, segundo os nossos critérios ocidentais, bastante atrasado, apesar do seu passado ancestral, para ter a consciência de ser cidadão de um grupo nacional de que se tem muito orgulho? Este breve exemplo sugere-nos investigar os motivos que podem estar por trás de uma crise do sentido da cidadania.

Hoje, sentimo-nos abertos ao mundo e no mundo. Ser cidadão do mundo, em vez de ser cidadão de tal ou tal país, não será uma tarefa mais dignificante? Qual o jovem, pelo menos em Portugal, que não gosta de passar por cima das fronteiras e de cantar as músicas americanas, de ouvir nos bares as músicas que poderíamos designar por assim dizer transnacionais? A difusão da cultura tornou-se internacional. Será que os padrões antigos que marcaram o sentimento de cidadania se perderam na standardização dos nossos comportamentos de consumidores e de produtores de bem-estar material? A abertura ao mundo parece assim implicar a standardização da cultura e a perda das raízes nacionais.

Um segundo factor parece militar contra o sentido de cidadania: em tempo de paz, não há risco de ver destruir-se o nosso país; por conseguinte, não parece necessário o dever de cuidar o que se mantém por si próprio. Pelo

contrário, uma atenção exageradamente dedicada à identidade parece dever provocar uma espécie de fecho sobre si dos membros da comunidade nacional. Assim como as forças armadas parecem inúteis em tempo de paz, do mesmo modo os valores que não são ameaçados não devem ser objecto de uma especial preocupação por parte dos seus detentores. Não é bem o medo explícito de um narcisismo isolador que encontramos aqui, mas a consciência implícita que, para abrir-se ao mundo, devemos integrar o que «os outros» têm.

Acrescentemos que os cidadãos de um pequeno país não devem ter pretensões de governar o mundo; espontaneamente, o «nacionalismo» é vivido, num país ocidentalizado de dimensões modestas, como combate anacrónico de retaguarda. Mesmo se é no estrangeiro que o Português tem mais orgulho de ser português, é também verdade que há muito tempo que os Portugueses normais abandonaram o sonho do império seiscentista. Será que temos de concluir que os valores da cidadania são por natureza evanescentes num pequeno país?

A ideia de base desta comunicação será que a crise do sentido de cidadania não é directamente compreensível, mas obriga a passar pela compreensão da *instituição* em geral e da crise que a instituição conhece hoje. Só deste modo se poderá medir a amplitude do sentido contemporâneo de cidadania a fim de esboçar uma tentativa de saída desta crise. Por outro lado, é impossível compreender o lugar e a importância da instituição sem se referir aos valores que lhe dão sentido e conteúdo. Já de modo puramente formal, a *instituição* apresenta-se-nos como a mediação entre o *valor* e a *cidadania* de tal modo que os nossos desenvolvimentos se farão em dois tempos ou momentos, o valor e, em seguida, a instituição com vista à ligação com a cidadania.

1. O valor e o agir

Muitos falam hoje de valor; talvez seja preciso acrescentar que se fala dele para evocar a crise que conhecem e para criticar o mundo da juventude, com o pretexto de que os jovens já não vivem os mesmos valores que antigamente. O tema da crise dos valores não nasceu nem hoje, nem ontem, pois sabe-se que a *Umwertung aller Werte*, a «inversão de todos os valores», já foi um dos temas privilegiados da reflexão de Nietzsche. O que quer que seja

da história deste conceito, verificamos que é muito difícil definir o *valor*. Agrupar-se-ão, por causa da facilidade do processo, as várias definições do valor em dois tipos, as que insistem no carácter *objectivo* do valor e as que sublinham a sua dimensão *subjectiva*.

Do ponto de vista *objectivo*, o valor é uma característica do bem, ou de um bem: é o bem que aparece como afectado com um outro peso que o torna desejável. Na medida em que o bem preexiste a toda a apreensão *subjectiva*, é então revestido de um selo de objectividade que confere ao valor a sua força, o seu impacte no sujeito. Mas mesmo nesta perspectiva é impossível cortar o *objectivo* do *subjectivo*: afirmando, com efeito, que o valor é um bem desejável, a dimensão de «desejabilidade» introduz na objectividade do bem uma ligação ao desejo do sujeito que se relaciona com ele, e, por conseguinte, à dimensão *subjectiva* do valor.

O segundo grupo de definições instala-se então na dimensão *subjectiva* dos valores, sublinhando que é o sujeito, com o seu desejo, a sua inteligência, a sua vontade, que faz com que o valor seja valor. Vale o que vale para mim. O valor está próximo da avaliação ou da valorização pela qual o sujeito confere valor a alguns objectos do mundo material ou a algumas atitudes, dimensões ou comportamentos da existência. Aqui também se vê sem dificuldade que não é possível aceitar somente uma dimensão puramente *subjectiva* deste valor. Isso significaria que o sujeito seria o único senhor do valor, na medida em que é somente por ele e para ele que as coisas, as atitudes, as acções ou os seres têm valor. Estamos aqui perante um excesso que o bom senso ou o senso comum recusa: se não é exacto dizer que as coisas ou os seres têm valor independentemente de nós, não é, com certeza, mais correcto afirmar que é somente por nós e para nós que estas coisas ou estes seres possuem um valor intrínseco.

Esta breve discursão é bastante importante, pois faz-nos compreender que o valor deve ser definido no cruzamento do *objectivo* e do *subjectivo*, isto é, no ponto de encontro entre o *bem* e o *sujeito* por quem e para quem o *bem* existe. A história do pensamento chegou também a opor facto e valor, como se o facto se nos impusesse do exterior, ao passo que o valor viria da nossa interioridade. Esta oposição retoma ou corta de perto a dissociação da objectividade e da *subjectividade* do valor. Mas mais importante que este duplo par de oposições existe o problema bem conhecido da Ética, que pergunta se os valores preexistem ao reconhecimento que os seres humanos fazem dele

ou se são criados pelo agir humano. Não iremos discutir esta questão de modo teórico, mas o simples enunciado do problema mostra-nos, na esteira das considerações precedentes, que se verifica uma ligação estreita entre o valor e o agir humano. Noutros termos, é em relação com o agir que o valor se descobre enquanto tal. É por isso que propomos esta muito simples definição do valor: *o valor é um conteúdo de motivação*. Para compreender esta afirmação, é preciso lembrar-se que todo o agir é especificamente humano, sensato na medida em que se apoia numa motivação. Pela motivação, o que vamos fazer ou projectamos fazer aparece-nos como desejável e, porque desejável, merece ser assumido como conteúdo concreto motivando a nossa acção.

O corolário desta abordagem é para nós importante: não há valor em si, independentemente do agir que o encerra. Entendamos correctamente que este agir não é necessariamente o meu, que é o de outras pessoas que não eu próprio. Mas se ninguém toma tal valor como conteúdo de motivação de um acto concreto, este valor, na verdade, deixa de existir. Se ninguém respeita o vizinho numa dada sociedade — situação felizmente pouco provável — o respeito do outro desaparece como valor, até que um ou mais homens o recrie ou descubra de novo. A ambiguidade introduz-se porém na nossa terminologia: recriar os valores é igualmente voltar a descobri-los. A «*re-descoberta*» parece significar que os valores preexistem à sua descoberta, ao passo que a «*recriação*» dos valores sublinha a iniciativa do sujeito. Todas as dificuldades do valor residem neste nó de sentido: é pelo acto criando o valor como valor que o sujeito se compreende como descobrindo o que ele não inventa, mas o que esperava ser assumido como conteúdo de motivação. Tal é a riqueza do conceito de valor: *o acto somente cria pelo facto de compreender-se como superado por aquilo mesmo que ele promove*: o valor. É por isso que podemos dizer conjuntamente que os homens são responsáveis pelo valor e pelos valores, os quais dominam no seu agir, e que, por outro lado, estes valores se impõem como o desejável que dá sentido ao nosso agir.

Destas considerações concluímos que, mesmo se os valores não perdem o seu sentido, eles podem ser perdidos na medida em que nenhuma acção, nenhum agir os assume como conteúdo efectivo de motivação. A *crise* dos valores significa que o que *motivava* o agir concreto de um grupo humano já não consegue motivar como anteriormente o agir, porque outros conteúdos de motivação se substituíram aos primeiros. Estes podem ser menos «*válidos*», terem menos valor, no sentido objectivo de um bem objectivo, mas tornam-se

mais «válidos» para o grupo humano que os recebe. Por exemplo, podia-se imaginar um modelo de sociedade que favoreça de modo tal os animais domésticos (pela criação de sociedades protectoras de animais, por campanhas publicitárias para não abandonar o cão durante as férias, etc.) que o valor da protecção dos animais seria predominante em relação ao valor da solidariedade entre humanos. Não se podia dizer então que a protecção dos animais não seria um valor, mas que, em relação com os valores da solidariedade, ele teria feito recuar estes últimos anos ou que se teria substituído aos valores da solidariedade intersubjectiva.

Mais que um aparecimento súbito ou desaparecimento inesperado, os valores conhecem momentos de fluxo ou de refluxo, momentos que não coincidem necessariamente, e muitas vezes de modo nenhum, em todas as sociedades na mesma altura. É por isso que aquilo a que se chama a *crise dos valores*, e que pode ser efectivamente tal, é muitas vezes a emergência de novos valores — às vezes menos ricos — 1) cujo estatuto ainda não foi reconhecido enquanto tal e 2) que abonam os valores que, até essa época, conheciam um equilíbrio estável. Quando falarmos dos valores da cidadania, a problemática não escapará a esta possibilidade de mutação, sem que, *a priori*, se possa dizer que a mudança significa um recuo nos valores ou a emergência de novas formas ou de novos conteúdos para os valores da cidadania.

2. A instituição e a cidadania

A ideia de instituição é aquela que se nos apresenta com mais nitidez para compreender a cidadania. A nossa tarefa será tripla, por um lado compreender brevemente o que é a instituição; em segundo lugar, mostrar a sua ligação com os valores e, finalmente, ver o modo como esta esclarece a problemática da cidadania.

A tese que propomos é a seguinte: a crise que a cidadania conhece hoje não é directamente uma recusa da pólis, uma vontade por assim dizer negativa de não pertencer ao Estado, mas sim a expressão de um mal-estar, pela impossibilidade e, muitas vezes, pelo fracasso no qual os nossos contemporâneos se encontram para fazerem coexistir as *relações interpessoais* com as *relações institucionais*. A mesma tese, enunciada em termos positivos, significará que a renovação dos valores da cidadania exige uma melhor compreensão e uma maior estimulação das relações entre relações interpessoais

e relações institucionais. É ao esclarecimento desta tese que fundamentalmente será dedicada a segunda parte da nossa comunicação.

Se os valores estão em crise hoje, também as instituições o estão. Por um lado podia-se dizer que, em todas as épocas, os homens tiveram a consciência mais ou menos nítida de uma crise dos valores e de uma crise das instituições; o conflito das gerações não é alheio a este sentimento. Mas talvez seja o *sucesso* das instituições responsável pela sua própria crise. Expliquemo-nos ouvindo Ricoeur definir a instituição (em *Soi-même comme un autre*, 1990).

«Por instituição entender-se-á a estrutura do viver-em-conjunto de uma comunidade histórica — povo, nação, região, etc. — , estrutura irredutível às relações interpessoais e contudo ligada a ela num sentido notável que a noção de distribuição (...) permitirá esclarecer». Para comentar esta definição procederemos em 6 etapas.

1) O problema inicial é conjuntamente muito simples e muitas vezes omitido: como passar de *muitos* para *todos*. As relações humanas determinaram o espaço de diálogo; *o dia do diálogo* implica que o movimento da palavra vai de um para o outro e que há sempre uma resposta possível a uma interpelação. Todas as modalidades efectivas vêm encerrar e colorir o diálogo intersubjectivo, desde a indiferença da coexistência até à amizade sólida e ao amor. Mas qualquer que seja a forma com a qual abrimos o diálogo aos outros, é-nos impossível manter um verdadeiro diálogo pessoal com toda a gente. Entre o grande número de pessoas com as quais podemos ter um relação mais ou menos pessoal e todos os outros há um salto que é impossível dar na simples base do diálogo intersubjectivo, mas como pertencemos todos a uma mesma pólis, a uma mesma comunidade de nação ou de estado, uma ligação instaura-se com todos os que não conhecemos pessoalmente, mas com os quais temos «algo em comum». *Negativamente*, compreendemos a instituição como encontrando-se no horizonte de todas as relações interpessoais, mas como impossível de atingir pela generalização dos diálogos como os outros, porque não nos é possível dialogar pessoalmente com todos. *Positivamente*, a Instituição coloca-nos em relação com todos os seus membros, em virtude da comum aceitação da regra da ordem, a qual preside à justiça. É por isso que a justiça — entendida filosoficamente e não como o exercício do poder judiciário, é a virtude por excelência das instituições. Não é difícil compreender então que a justiça depende conjuntamente da ética,

enquanto os membros da instituição se relacionam pessoalmente com esta, e da política, enquanto esta regulamenta a própria vida da instituição na sua relação com cada um dos seus membros assim como nas suas relações recíprocas. Uma comunidade nacional dada não é outra coisa senão a institucionalização das relações políticas. Deste ponto de vista, a cidadania é um valor institucional que, enquanto tal, se erige no solo da justiça, pois é a justiça que preside à ordem equilibrada na distribuição das funções, dos direitos e deveres. Mais fundamentalmente que esta ordem de direitos e deveres, a cidadania é o reconhecimento *a priori* do valor e da dignidade do outro — mesmo desconhecido pessoalmente — como membro de uma comunidade nacional. Compreendida mediante a instituição, a cidadania é a relação que se institui entre cada um e todos os outros com os quais se tem ou não uma relação pessoal. Ora, tal como todo o valor, este reconhecimento pode perder-se ou entrar num movimento de refluxo; é por isso que a cidadania, embora provenha da simples pertença a uma comunidade nacional, deve, como todos os valores, ser vivida, isto é, protegida e efectivamente exercida, sob pena de desmoronar-se ou de se reduzir a nada.

2) A instituição é o lugar de abertura ao *universal*. Mas há várias instituições, assim como há várias comunidades nacionais. Será que isso significa que há uma pluralidade de «universais», ou de valores universais? Encontramos de novo a primeira objecção do princípio, segundo a qual seria aparentemente mais fácil ser cidadão do mundo que ser cidadão de uma comunidade nacional. Mas a análise das instituições deve, ainda aqui, servir-nos de fio condutor. Não vivemos com efeito numa única instituição, mas num conjunto de instituições que se sobrepõem, se integram, se hierarquizam. A vida das instituições, sociais, económicas, jurídicas, culturais, religiosas, políticas, etc., ensina-nos uma coisa: é impossível abrimo-nos realmente ao *universal* das relações humanas senão através de um conjunto estruturado de instituições. É por isso que a abertura ao mundo inteiro não pode significar nem implicar a supressão das *instituições intermediárias*. É pelo respeito de cada ordem instituída que se vive a abertura ao universal.

A aplicação ao tema da cidadania parece-nos aqui exemplar: não é abolindo a relação de *pertença* a uma comunidade nacional que nos podemos abrir directamente à cidadania universal, mas, pelo contrário, é respeitando e aprofundando o valor da cidadania nacional. Noutros termos, é porque somos membros de uma comunidade nacional que podemos ser cidadãos do mundo; é porque vivemos a cidadania como relação a todos estes seres,

nossos concidadãos conhecidos ou não, que no horizonte da cidadania nacional se pode perfilar a relação à totalidade dos seres humanos além da nação. É no aprofundamento intensivo da particularidade vivida que descobrimos realmente a dignidade de ser homens, e isso não se realiza na relação imediata e impossível que, «por cima» dos valores da cidadania, queríamos hipoteticamente tomar como meio de abertura a todos os cidadãos do mundo. Esta ideia de *descobrir o valor universal mediante o aprofundamento dos valores de uma pertença particular e concreta* (o facto de sermos membros de uma comunidade nacional) é com certeza uma das verdades mais profundas, mas também mais complexas, da ética política.

3) Esta verdade que acabamos de enunciar conserva ainda um aspecto formal enquanto não se sublinha que os valores da cidadania não são puramente formais ou vazios de conteúdos. Na verdade, o que se preserva numa comunidade nacional é, como o refere a própria definição da instituição, a estrutura de um *querer viver em conjunto*. Este ramifica-se numa cultura determinada, numa ou em várias línguas, em costumes e tradições, na atenção privilegiada a alguns valores estáticos, religiosos, tecnológicos, etc. Afirmando que a abertura ao mundo não se faz senão pelo aprofundamento de um conjunto particular e limitado de valores, queremos dizer que é impossível abrir-se do mesmo modo a todos os valores e a todas as culturas sem uma inserção numa cultura de base, que, em geral, é a cultura da comunidade nacional à qual pertencemos. Noutros termos, os valores da cidadania não são puramente formais, mas é no respeito dos valores concretos da comunidade humana em que vivemos que se realiza a relação institucional com todos aqueles que, tal como tu e eu, pertencem à mesma comunidade nacional, à mesma Pólis. A pertença formal a uma comunidade nacional instituída — de que falámos no ponto precedente — enriquece-se agora com o que constitui o tecido vivo dos valores vividos de uma sociedade, nas suas qualidades psicológicas, morais, científicas, culturais, etc. A estes valores, a cidadania não vem substituir-se, nem trazer elementos de alteração, mas vem dar o selo do universal, isto é, vem inscrever neles uma relação explícita a todos os que não conheço pessoalmente, mas que têm em comum comigo a vivência dos mesmos valores.

4) A instituição é o lugar onde os valores se preservam, de modo não pessoal, por um lado, mas de um modo que implica as pessoas, por outro

lado. Não existe ali contradição, pois, quer-se dizer que a instituição, como lugar de preservação do valor, implica um agir determinado. Se nos lembramos o que afirmámos, na primeira parte, dos valores e das acções que os encarnam, poderíamos acrescentar que a instituição, entendida como lugar de preservação dos valores, não é possível se não segrega e fomenta um certo tipo de acções. (O carácter não pessoal do agir não quer dizer que a instituição precisa de um agir não pessoal, mas que não se trata de ninguém em particular; noutros termos, os valores da instituição dizem respeito a todos, que sejam, ou não, meus conhecidos.) Segue-se que o agir encarnando os valores da instituição tem como finalidade contribuir para o bem-viver ou bem-estar de seres humanos que, embora não membros das minhas relações interpessoais concretas, podem esperar de mim uma intervenção concreta ou uma acção precisa.

Deste ponto de vista, a cidadania tem as suas exigências e impõe igualmente um determinado tipo de acção. Em primeiro lugar, a preservação da própria existência da comunidade nacional enquanto entidade sociopolítica institucionalizada. Tudo o que respeita à protecção e à segurança interna e externa encontra aqui o seu enraizamento e a sua justificação. É por isso que pertence à própria justiça, enquanto virtude presidindo à ordem institucional da comunidade nacional, que sejam impostos aos cidadãos determinados comportamentos ou acções dirigidas para a preservação da existência da comunidade nacional. Em segundo lugar, a instituição é senhora do seu destino. É por isso que aqui também mutações podem apresentar-se, algumas favoráveis, outras desfavoráveis. Por exemplo, quando se trata, ao nível local, de escolher entre construção de um parque de estacionamento subterrâneo e, no mesmo lugar, a preservação de um sítio arqueológico importante que faz parte do passado cultural e, deste modo, da identidade de comunidade nacional, a escolha da construção do parque de estacionamento não é neutra em relação aos valores em que a cidadania se vive.

5) A nossa época caracteriza-se pela perda do sentido das instituições. As instituições subsistem, e talvez mais que nunca, mas o seu sentido já não é aparente, o que faz com que as relações pessoais (encontros, amizades, amor, educação) já não sejam compreendidas na sua ligação com as instituições. Mais ainda, verificamos que é quase *contra* as instituições que muitos jovens querem afirmar a dimensão pessoal da sua vida; muitos jovens recusam, por exemplo, o casamento civil; a educação, dir-se-á, realiza-se fora dos lugares

apropriados, escolas, universidades. O exército é considerado como alheio à vida de comunidade nacional, etc. O desafio da nossa época, correspondendo a esta lacuna, consiste em aproximar relações pessoais e relações institucionais, não para identificá-las — tarefa impossível e não desejável —, mas para articulá-las umas sobre as outras. Portanto, não é tanto o exército ou a escola que é ameaçada hoje de perder o seu sentido, mas é a ligação viva entre a vivência concreta dos indivíduos com os seus compromissos inter-pessoais, e a própria vida das instituições. Assim, *o primeiro valor da cidadania hoje consiste em fazer reconhecer a cidadania como valor*, isto é, como valor institucional que não deve necessariamente suscitar o entusiasmo afectivo do patriotismo de antigamente, mas que deve ser mais lucidamente reconhecido como valor insubstituível e imprescindível, vindo impedir as relações inter-pessoais de se fecharem num «gheto» ou mesmo de existirem. A cidadania é assim a presença da abertura possível no seio de todas as relações inter-pessoais.

CONCLUSÃO

Em conclusão retomaremos as três perguntas que colocámos a título de introdução, começando pela última.

1) Não é exacto que os cidadãos de um pequeno país sejam mais ameaçados quanto à perda dos valores da cidadania. Poder-se-ia dizer, em sentido contrário, que é possível tecer mais ligações comuns ou comunitárias num pequeno país que num grande, na medida em que várias vezes (nem sempre) a lógica dos grandes conjuntos institucionais gera mais dificilmente uma acção comum.

2) Em segundo lugar, não é porque se vive em regime de paz que nada deve ser feito para preservar a existência da comunidade nacional. É, com efeito, graças a uma acção permanente que a sobrevivência da comunidade nacional deve ser assegurada. Esperar até que as ameaças surjam para ser capaz de responder-lhes induz uma atitude de espírito que reflecte precisamente um enfraquecimento na consciência das relações entre vida interpessoal e a vida institucional. Por isso mesmo não será supérfluo, a este respeito, pensar de novo, e ajudar a pensar de novo, o modo adequado de viver tais relações.

3) Na base das considerações anteriores percebemos igualmente que o melhor meio de tornar-se cidadão do mundo não é a aceitação não crítica de uma cultura internacional estandardizada, mas o duplo movimento, por um lado, de aprofundamento dos valores nacionais, e, por outro lado, de reconhecimento, graças à própria identidade cultural, das diferenças de que as outras culturas são as porta-vozes. Quanto mais formos alguém, na nossa identidade cultural, mais poderemos entrar com proveito no diálogo intercultural e abirmo-nos aos valores dos outros; isto quer dizer que é na base do aprofundamento da cidadania «nacional» que poderemos autenticamente tornarmo-nos cidadãos do mundo.

Isabel Renaud